

PEACEKEEPING: SURGIMENTO, MUDANÇAS E DESAFIOS

PEACEKEEPING: ITS EMERGENCE, CHANGES AND CHALLENGES

José Maurício Vieira Filho¹

RESUMO

A Organização das Nações Unidas (ONU) é a principal instituição na promoção da paz mundial. O seu surgimento coincide com a autorização das primeiras missões de paz realizadas no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, estabelecendo a mais tradicional estratégia de intervenção: a *peacekeeping*. Desde 1945, esta estratégia sofreu mudanças e ainda representa um desafio da ONU em estabelecer a paz no mundo. Com base neste processo histórico, o artigo analisa o surgimento das missões de paz da ONU, destacando as mudanças ocorridas no escopo das tradicionais *peacekeeping* de acordo com três documentos institucionais – *An Agenda for Peace*, *Brahimi Report* e *A New Partnership Agenda: Charting a New Horizon for UN Peacekeeping* – e os desafios destas missões face às complexidades dos conflitos armados no mundo.

PALAVRAS CHAVES:

Peacekeeping, ONU, estratégias de intervenção, paz.

ABSTRACT

The United Nations (UN) is the leading institution in the promotion of world peace. Its emergence coincides with the deployment of the first peace mission undertaken in the post-World War II, which established the most traditional intervention strategy: the *peacekeeping*. Since 1945, this strategy has changed and it is still a challenge for the UN to establish peace in the world. Based on this historical process, the article analyzes the emergence of UN *peacekeeping* operation, highlighting changes in its scope under three institutional documents – *An Agenda for Peace*, *The Brahimi Report* and *A New Partnership Agenda: Charting a New Horizon for UN Peacekeeping* – including also its challenges in relation to the complexities of the armed conflicts in the world.

KEY WORDS:

Peacekeeping, the UN, strategies of intervention, peace.

1 Mestre em Relações Internacionais – Estudos da Paz e da Segurança – pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), em Portugal; e Bacharel em Jornalismo pela Universidade de Fortaleza (Unifor), no Brasil. Integrou, de Setembro a Dezembro de 2012, o Programa de Formação Complementar na Missão Permanente do Brasil junto à ONU e demais Organismos Internacionais em Genebra (Delbrasgen).

Introdução

O fim da Guerra Fria, representado pela queda do muro de Berlim e pelo surgimento de uma nova ordem mundial, também é considerado o marco quanto à eclosão de conflitos armados no mundo. Ao todo, ocorreram 115 desde 1989 e estes conflitos representaram – e ainda representam – um desafio à consolidação da paz mundial. Diante deste cenário, a Organização das Nações Unidas (ONU), responsável por manter e promover a paz e a segurança internacionais, se viu, novamente, diante de um desafio global: evitar que os confrontos prejudicassem a vida, a liberdade e a promoção dos direitos humanos às populações presentes e futuras. Em consequência ao elevado número de conflitos armados no mundo, a ONU aumentou, gradativamente, a quantidade de missões de paz desde o fim da Guerra Fria, consolidando 50 missões neste período, de um total de 67. E mesmo que o aumento de intervenções tenha se mostrado fundamental para o estabelecimento de uma paz no mundo, estas evidenciaram a necessidade de uma constante readequação, diante das dificuldades das missões em promover e manter a paz. Isso porque, cada vez mais, os conflitos armados tornaram-se complexos, seja pelas causas, pela quantidade de atores envolvidos ou pela intensidade que o conflito armado adquire.

Com base neste cenário, o presente artigo aborda as constantes mudanças ocorridas no escopo das tradicionais missões de paz da ONU – conhecida por *peacekeeping* - com base em três documentos: *An Agenda for Peace* (UN, 1992), *Brahimi Report* (UN, 2000) e *A New Partnership Agenda: Charting a New Horizon for UN Peacekeeping* (UN, 2009). Entretanto, para explicar as mudanças ocorridas na tradicional operação de paz da ONU, é preciso explicar o surgimento desta instituição internacional e sua premissa, conforme estabelecida pela Carta das Nações Unidas, e a dinâmica utilizada pela ONU quanto da autorização das missões de paz nos países em situação de conflito armado. Esta análise se faz necessária porque o modelo de intervenção da ONU não pode ser aplicado a todos os tipos de conflitos armados, pois possuem especificidades estruturais e estes aspectos devem ser considerados quando do início de uma intervenção.

A ONU e a paz mundial

A Organização das Nações Unidas (ONU) é a instituição considerada mais importante na promoção da paz e da segurança internacionais (WALLENSTEEN, 2007: 220). O surgimento da instituição está relacionado ao fim da II Guerra Mundial (1930-1945) e à necessidade de estabelecer uma nova entidade internacional que pudesse evitar a eclosão de novos conflitos armados no mundo (UN, 2008a: 7). E o documento que formaliza esta missão, a Carta das Nações

Unidas², delibera, aos Estados Membros, a responsabilidade de tomar medidas efetivas para reprimir os atos de agressão que possam levar a uma perturbação da paz (UN, 1945).

No referido documento, as ações relativas à promoção da paz estão expressas em três capítulos: VI, sobre a “Solução Pacífica de Controvérsias”; VII, ao destacar a “Ação Relativa a Ameaças à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão”; e VIII, “Acordos Regionais” (UN, 1945). Mesmo que analisados separadamente, os capítulos apresentam uma complementariedade quanto às ações da ONU. Os três capítulos indicam uma sequência na atuação da ONU quanto à promoção da paz mundial: o seu caráter preventivo, as suas estratégias de intervenção e a participação conjunta de entidades regionais. Analisando cada um dos capítulos acima mencionados, é possível perceber que a instituição surgiria com o propósito de atuar gradualmente na promoção da paz mundial, principalmente porque este documento serve de base para o surgimento das estratégias de intervenção da ONU, principalmente a *peacekeeping*, e a colaboração das entidades regionais no processo de resolução dos conflitos.

No capítulo VI – Solução Pacífica de Controvérsias – os artigos 33 e 36 apresentam um caráter preventivo na resolução dos conflitos armados. De acordo com o 1º parágrafo do artigo 33, as partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha (UN, 1945: 8). Desta maneira, a ONU iniciou um processo de atuação no sistema internacional para promover a paz a partir de recomendações propostas pelo Conselho de Segurança, como atesta e complementa o artigo 36, ao mencionar que “o Conselho de Segurança poderá, em qualquer fase de uma controvérsia da natureza a que se refere o Artigo 33 [...] recomendar procedimentos ou métodos de solução apropriados” (UN, 1945: 8).

Assim, a atuação da ONU estaria vinculada, também, ao surgimento de novas ameaças no sistema internacional – o que se tornaria evidente no capítulo VII, Ação Relativa a Ameaças à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão –, destacando o artigo 39, em que delibera ao Conselho de Segurança a responsabilidade de determinar a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, fazendo recomendações ou decidindo que medidas devem ser tomadas a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais (UN, 1945: 9). No entanto, o posicionamento preventivo da ONU não só evitaria a eclosão de

2 A Carta das Nações Unidas foi assinada em São Francisco (EUA), a 26 de junho de 1945, após o término da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, entrando em vigor a 24 de Outubro daquele mesmo ano (UN, 1945).

novos conflitos armados, como também teria o objetivo de evitar o agravamento das situações hostis nos países considerados ameaças à paz mundial.

De acordo com o artigo 40, o Conselho de Segurança poderia antes de fazer qualquer tipo de recomendação ou decidir a respeito das medidas previstas no Artigo 39, convidar as partes interessadas a que aceitem as medidas provisórias que lhe pareçam necessárias ou aconselháveis (UN, 1945: 9). E, mesmo que esta estratégia fosse realizada no caráter preventivo, o artigo 47 destacaria a ação da Comissão de Estado-Maior, que estaria responsável por orientar e assistir o Conselho de Segurança quanto às questões relativas às exigências militares, utilização e comando das forças, regulamentação de armamentos e possível desarmamento (UN, 1945: 9).

Apesar de a ONU estabelecer uma proposta de intervenção para evitar a eclosão de novos conflitos no mundo, sua atuação não seria realizada de forma isolada. O artigo 52 do capítulo VIII – Acordos Regionais – incluiria a participação de entidades regionais que também estivessem relacionadas à manutenção da paz e da segurança internacionais que forem suscetíveis de uma ação regional, desde que tais acordos ou entidades regionais e suas atividades sejam compatíveis com os Propósitos e Princípios das Nações Unidas (UN, 1945: 11).

Apesar da proposta da Carta das Nações Unidas, conforme especificado nos capítulos VI, VII e VIII mencionados anteriormente, é somente com o fim do sistema bipolar que a ONU iniciou uma nova fase quanto às missões de paz em países em situação de conflito armado: modificou gradativamente as suas estratégias de intervenção face à justificativa de estabelecer a paz em outro Estado e de proteger a vida da população vitimada (WELSH, 2004: 80-81).

É por esta razão que Welsh (2004) aborda a definição de intervenção como sendo uma interferência coercitiva nas relações internas de um Estado, envolvendo o uso de forças armadas com o propósito de evitar a massiva violação dos direitos humanos ou evitar o sofrimento humano (WELSH, 2004: 3). Apesar desta definição destacar o objetivo de uma intervenção – evitar a massiva violação dos direitos humanos ou evitar o sofrimento humano –, a mesma apresenta um equívoco, ao mencionar que intervenção presume o uso de forças armadas. Certamente, há outros mecanismos de promoção da paz que não estejam relacionados com o uso de forças armadas. O primeiro deles é o processo de “resolução de conflitos”, definido por Wallenstein (2007) como sendo a situação social em que as partes envolvidas no conflito resolvem, voluntariamente e pacificamente, dissolver as suas incompatibilidades e, doravante, cessar o uso de armas.

Com esta definição, é possível constatar que o processo de resolução de conflitos não ocorre em apenas um único momento. Sendo, portanto, um

constante gerenciamento de incompatibilidades entre as partes. Jeong (2008: 39) complementa este raciocínio ao abordar que a história, as percepções e a identidade estão inerentemente presentes na eclosão do conflito armado e devem, portanto, ser também utilizadas no seu processo de resolução. Desta maneira, a resolução de um conflito armado está totalmente atrelada às estratégias de intervenção propostas por uma missão de paz, utilizando ou não as forças armadas. No caso da ONU, o uso da força armada é prevista somente quando esta instituição autoriza uma *peacekeeping*³. Nas demais estratégias de intervenção da ONU, como *conflict prevention*⁴, *peacemaking*⁵ e *peacebuilding*⁶, a instituição pretende restabelecer a estrutura política para, em seguida, intervir no fortalecimento do setor jurídico e de direitos humanos de um país em situação de conflito armado, promovendo a assistência técnica para o desenvolvimento democrático e promoção da resolução de conflitos e técnicas de reconciliação. Desta forma, o uso das forças armadas não figuram como método de intervenção, embora Sriram e Wermester (2003) considerem que estas mesmas estratégias de intervenção são uma prática limitada em promover a paz.

As estratégias de intervenção da ONU

A primeira atuação da ONU na promoção da paz ocorreu em 1948, quando foram enviados os primeiros militares observadores ao Oriente Médio⁷ (UN, 2008: 20). Esta iniciativa fez surgir o que hoje se conhece por *peacekeeping*, uma das mais notórias estratégias de intervenção da instituição (Pinto, 2011). E, apesar de esta estratégia não constar na Carta das Nações Unidas, a proposta inicial da ONU, em intervir na resolução dos conflitos armados no contexto pós-1945, e sua mudança a partir do fim da Guerra Fria, evidenciam o dinamismo da

3 *Peacekeeping* se constitui no primeiro modelo militar de observação de cessar-fogo e separação das partes envolvidas no conflito violento até incorporar um complexo de atuação, com militares e civis atuando na construção da paz (UN, 2008: 2-3).

4 *Conflict prevention* é uma das principais obrigações dos Estados Membros da ONU, conforme a Carta das Nações Unidas, e chama a atenção para os fatores estruturais antes de o conflito se tornar violento e utiliza a diplomacia para este fim (UN, 2008: 2).

5 *Peacemaking* é a segunda estratégia da ONU e é autorizada quando o conflito violento surge (UN, 2008: 2). Nessa lógica, sua prática está atrelada à falha da *conflict prevention*.

6 *Peacebuilding* é caracterizada pelas atividades realizadas após o conflito violento e representa uma estratégia de construção da paz além da ausência de violência. Sua atividade inclui a reintegração de ex-combatentes, fortalecimento do setor jurídico e de direitos humanos, assistência técnica para o desenvolvimento democrático e promoção da resolução de conflitos e técnicas de reconciliação (UN, 2008: 2-3).

7 A primeira intervenção da ONU – *United Nations Truce Supervision Organization* (UNTSO) – foi realizada em Maio de 1948 e ainda permanece em atuação. Esta missão está responsável pelo monitoramento do cessar-fogo, supervisionar acordos, prevenir a escalada das hostilidades e assistir outras missões de paz da ONU na região, dentro do objetivo de criar um plano para a partição da Palestina, a criação de um Estado árabe e um Estado judeu (UN, 2012).

relação entre agentes e estrutura⁸ do sistema internacional quanto a esta estratégia de intervenção.

As mudanças ocorridas no escopo da *peacekeeping*, segundo Pinto (2011), podem ser analisadas a partir da existência de três tipos de missões de paz. De acordo com a autora, as missões de primeira geração consistiam “essencialmente na interposição de forças entre os beligerantes para monitorar cessar-fogo e armistícios” (Pinto, 2011: 160). As de segunda geração foram o resultado das inovações que a ONU foi obrigada “a introduzir no *peacekeeping* a partir de meados dos anos 1980 como resultado da mutação dos fenômenos de conflitualidade em algumas regiões do globo” (Pinto, 2011: 160). E as missões de terceira geração incluíam um caráter mais ativo das intervenções, destacadas pelo:

a) incremento das missões de *peace-enforcement*, propulsionado pelo cariz violento dos conflitos em que novos actores, para além dos Estados, tomam parte como beligerantes; b) processo de regionalização na condução das missões, o alargamento do espectro geográfico dos conflitos e o âmbito vasto de tarefas envolvidas; e c) enquadramento das missões no quadro conceptual da “responsabilidade de proteger”, que atribui à comunidade internacional a responsabilidade de intervir quando um Estado for incapaz de proteger a sua população ou for responsável por crises humanitárias (PINTO, 2011: 157-158).

Desta forma, o contributo de Pinto (2011) apenas evidencia a mudança ocorrida no escopo das missões *peacekeeping* face à complexidade dos conflitos armados ocorridos no período pós-Guerra Fria como tentativa de tornar as missões de paz adequadas para lidar com a complexidade dos conflitos armados. No entanto, não é possível classificar as missões de paz da ONU como sendo de primeira, segunda ou terceira gerações porque as missões apresentam uma estrutura dinâmica muito específica, possuindo características que vão além de um modelo geracional.

Além de Pinto (2011), as mudanças ocorridas no escopo das missões de paz da ONU são elencadas também em três importantes documentos institucionais: *An Agenda for Peace* (UN, 1992), *Brahimi Report* (UN, 2000) e *A New Partnership Agenda: Charting a New Horizon for UN Peacekeeping* (UN, 2009). Em cada um deles, é possível identificar mudanças em dois aspectos: o primeiro, quanto aos mecanismos usados para a promoção da paz e; o segundo, no que se refere às responsabilidades destas missões de paz como tentativa de

8 O debate agente-estrutura, apresentado por Wendt (1987), possibilita uma análise acerca dos fatores preponderantes para o ordenamento do sistema internacional contemporâneo, ao destacar a relação existente entre os diversos atores existentes no sistema internacional e o processo de interação nas mais diversificadas estruturas. Este contributo vai iniciar o debate sobre a perspectiva construtivista das Relações Internacionais, ao destacar que a realidade social é construída a partir da interação humana (Onuf, 1989).

minimizar os obstáculos prejudiciais à consolidação e eficácia de uma missão de paz.

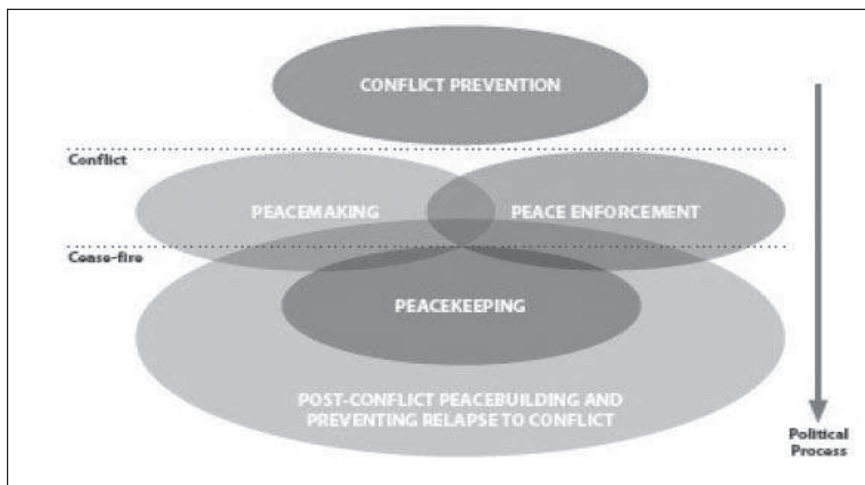
O primeiro documento – *An Agenda for Peace* (UN, 1992) e que também serve de parâmetro para os documentos seguintes – surge logo após o fim da Guerra Fria e traça os objetivos da instituição quanto à resolução de conflitos armados em cinco pontos:

- a) identificar, previamente, possíveis situações que possam acarretar o surgimento de conflitos violentos e tentar, pela diplomacia preventiva, remover as fontes de perigo antes que ocorra a violência; b) envolver-se em processos de paz com o objetivo de resolver as questões que desencadearam o conflito violento; c) trabalhar para preservar a paz e auxiliar na implementação de acordos entre as partes; d) ajudar na reconstrução da paz em diferentes contextos, seja na reconstrução de instituições ou infraestruturas dos países prejudicados no conflito, seja na criação de laços entre as partes anteriormente em conflito violento; e e) abordar as causas estruturais dos conflitos, como disparidades econômicas, injustiça social e opressão política (UN, 1992: 3-4).

Para esta finalidade, o documento possibilitou a aplicação de uma sequência de estratégias a serem usadas pela ONU para a promoção da paz, quais sejam: *preventive diplomacy*, *peacemaking*, *peace-enforcement* e *peacekeeping*. O que hoje se conhece de estratégias utilizadas pela ONU quanto à promoção da paz é resultado do que ficou institucionalizado na Agenda para a Paz de 1992, como sendo “o primeiro momento de aproximação entre a disciplina [Estudos para a Paz] e a organização universal” em que apresentam as estratégias de ação com base nos conceitos de Galtung (PUREZA E CRAVO, 2005: 11). Os conceitos de Galtung (1969) utilizados pela ONU na formalização das suas estratégias de intervenção incluem a perspectiva sobre a promoção da paz negativa e da paz positiva, sendo a primeira marcada pela “ausência de violência pessoal” - ausência de violência direta, guerra; enquanto que a segunda é caracterizada pela “ausência de violência estrutural” - comunidade humana integrada, justiça social e liberdade (PUREZA E CRAVO, 2005: 8).

Como aborda o Quadro 1 – As ações da ONU e o ciclo do conflito I – as estratégias da instituição não só passaram a ter suas funções delimitadas como a aplicabilidade destas estratégias foram divididas com base no surgimento e prolongamento do conflito armado. A primeira estratégia – *conflict prevention* – foi designada para o período que antecede à eclosão do conflito armado. Entretanto, a autorização das estratégias seguintes – *peacemaking* e *peace enforcement* – estão diretamente relacionadas com a falha da primeira. Isso porque estas duas estratégias eram autorizadas quando da eclosão do conflito armado. A tradicional *peacekeeping* estava designada para atuar durante o processo de cessar-fogo, funcionando mais como um ator político do conflito armado.

Quadro 1 – As ações da ONU e o ciclo do conflito armado I



Fonte: UN (2008: 19).

No entanto, todas essas estratégias apresentadas no Quadro 1 seriam posteriormente readequadas ao novo modelo estruturado pela ONU após a publicação do *Brahimi Report* (UN, 2000). Este segundo documento destacou que:

[S]e a ONU não se propusesse a mudar o escopo dessas estratégias, aumentar o suporte financeiro para as missões e contar com a participação dos Estados-Membros para promover o fim dos conflitos violentos, as Nações Unidas não estariam capazes de executar as críticas tarefas de *peacekeeping* e *peacebuilding* que os Estados Membros se propuseram a realizar nos anos seguintes (UN, 2000: 1).

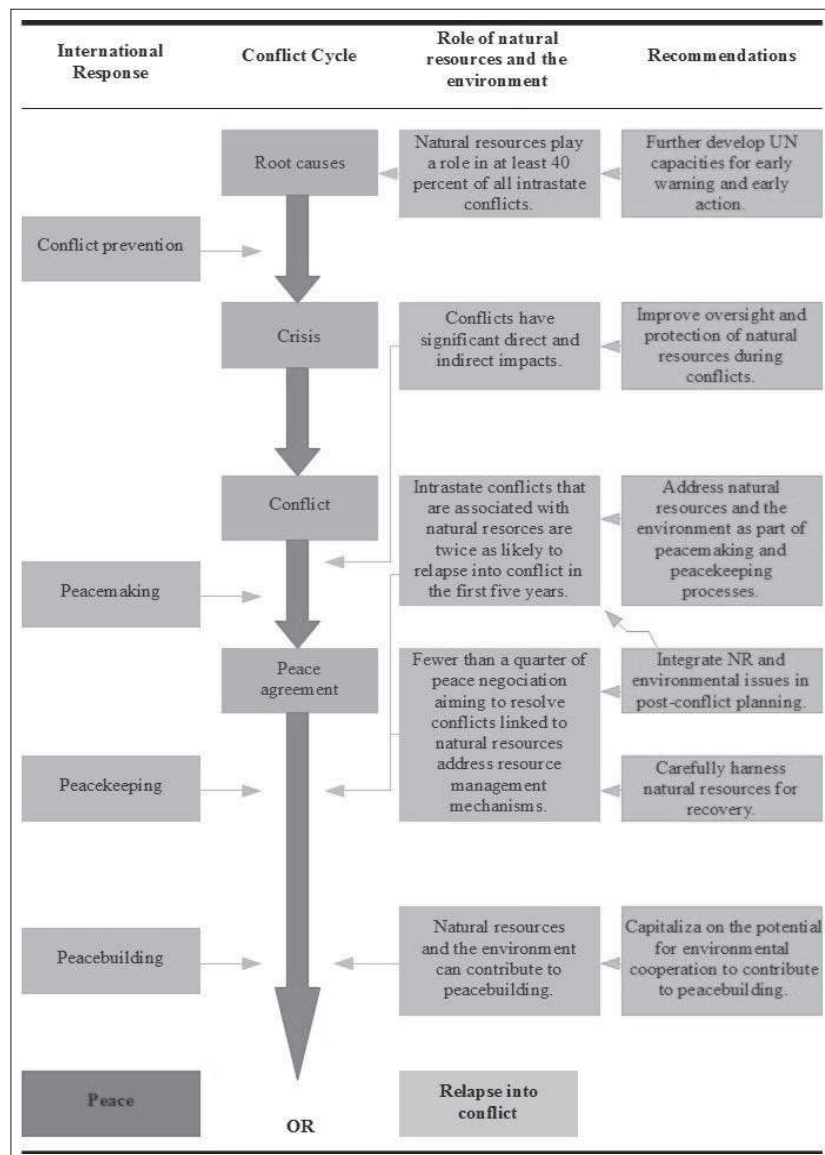
Por isso, a proposta elaborada pelo *Brahimi Report* (UN, 2000) era a de reformular as estratégias de intervenção da ONU, principalmente no que se refere à sequência destas mesmas estratégias. Conforme o documento, as estratégias mudaram para: *conflict prevention*, *peacemaking*, *peacekeeping* e *peacebuilding*. Com o *Brahimi Report* (UN, 2000), é possível perceber que a ONU começou a se empenhar em promover, de fato, uma atuação mais direta a partir do momento em que estabeleceu uma divisão entre as operações *peacekeeping* e *peacebuilding*, focando na reconstrução do Estado pós-conflito, como também estabeleceu – a partir do ciclo do conflito armado – as estratégias para conter sua eclosão, agravamento e prolongamento, conforme ilustra o Quadro 2 – As ações da ONU e o ciclo do conflito armado II.

O Quadro 2, quando comparado com o anterior, exclui a estratégia denominada de *peace enforcement*, mas mantém a *peacekeeping* como a estratégia de promoção da paz a partir de uma atuação política, designando esta missão para atuar em conjunto com as assinaturas dos acordos de paz. Apesar das diferenças apontadas nos referidos quadros, os mesmos evidenciam que a autorização de uma missão de paz está relacionada diretamente com o fracasso da *conflict prevention*

por duas razões: a estratégia não evitou a eclosão do conflito armado e também por haver uma discrepância quanto a identificar, de fato, as raízes do conflito.

Além disso, a sequência das estratégias de intervenção da ONU acaba por criar um modelo padrão de intervenção, excluindo, assim, qualquer tipo de influência que atores internos e externos aos conflitos armados e violentos venham ocasionar para o desenvolvimento das atividades de uma missão de paz. Mesmo assim, a complementariedade entre estas duas estratégias é evidente. A autorização de uma missão *peacekeeping*, que tem o objetivo de promover o fim das hostilidades e do confronto armado, traduz como requisito fundamental para que a próxima missão, *peacebuilding*, seja iniciada.

Quadro 2 – As ações da ONU e o ciclo do conflito armado II



Fonte: UNEP (2009: 30).

O terceiro contributo, representado com a publicação de *A New Partnership Agenda: Charting a New Horizon for UN Peacekeeping* (UN, 2009), não alterou o escopo das estratégias de intervenção, mas focou numa agenda para a reforma da *peacekeeping* em três eixos de parcerias:

a) “parceria quanto ao propósito”, em que consiste numa visão partilhada sobre o propósito das missões de paz da ONU como um pré-requisito para a ação eficaz no terreno. Esta parceria seria reforçada através da estratégia política clara e direta, planeamento de missões de coesão e de gestão; b) “parceria quanto à ação”, enfatizando o sucesso das missões de paz a partir de resultados em tempo útil e prático no terreno, a partir do fortalecimento de uma implantação mais rápida e no gerenciamento de crises; e c) “parceria para o futuro”, destacando os futuros desafios das missões de paz da ONU e estes só podem ser conhecidos quando se projetam as necessidades futuras ao ampliar a parceria das missões de paz (UN, 2009: iii-vi).

Quando agrupadas, estas parcerias representam uma continuação nas mudanças do *peacekeeping* já proposto no *Brahimi Report*. Juntas, estas parcerias têm o objetivo de promover uma estratégia e um direcionamento político mais claro da missão, um planeamento e gerenciamento coeso a partir da autorização da missão de forma mais rápida para atingir a estabilidade securitária, promovendo a credibilidade da missão *peacekeeping* e sua habilidade de gerenciamento em casos de situações voláteis e crises. Da mesma forma que projeta as necessidades futuras a partir da crescente demanda de mobilidade e de capacidades militares, policiais e civis especializadas, criando um suporte estratégico, com inovação, flexibilidade e suporte financeiro para atender a demanda da missão (UN, 2009: iv-vi).

Cada uma das parcerias adotadas na nova readequação das missões *peacekeeping* atendem a diferentes objetivos, ampliando não só a responsabilidade da ONU diante dos conflitos armados, mas também as responsabilidades de cada missão autorizada atualmente. Diante das constantes mudanças no escopo das intervenções da ONU, *peacekeeping* foi a estratégia que mais se mostrou vulnerável a tais mudanças, por ter sido definida não somente como uma ferramenta capaz de conduzir os países no “difícil caminho para a paz”, mas por ter sido apresentada como uma “invenção”, uma “indústria”, um “símbolo” das Nações Unidas e, por isso mesmo, só a atuação do *peacekeeping* não pode prover uma solução permanente para o conflito [armado] (BOUTROS-GHALI, 1992: 89-90).

Conclusão

As mudanças propostas para as missões de paz da ONU nos três documentos – *An Agenda for Peace* (UN, 1992), *Brahimi Report* (UN, 2000) e *A New Partnership Agenda: Charting a New Horizon for UN Peacekeeping* (UN, 2009)

– apenas evidenciam a necessidade de a instituição se adequar, constantemente, aos novos desafios que se apresentam quanto à promoção da paz mundial. Mesmo que o início das operações de paz tenham um início incipiente, aos poucos as intervenções estabelecidas pela ONU tornaram-se institucionalizadas e melhor adequadas para responder aos desafios globais. Entretanto, as propostas da ONU para readequar o tradicional modelo de missão de paz não pode ser visto como um processo concluído. As dinâmicas estruturais dos países em situação de conflito armado tendem a modificar, gradativamente, o escopo das missões de paz da ONU face à complexidade do conflito. Causas, atores, interesses, instabilidades políticas e securitárias e agravamento da situação humanitária e econômica tendem a ser considerados como importantes fatores quando da autorização de uma missão de paz com o objetivo de tornar esta missão eficaz. Portanto, não há razão para que um único modelo de intervenção seja capaz de resolver os conflitos armados, uma vez que a padronização das missões descartaria a existência de atores que interferem ou no fim do conflito armado ou no seu prolongamento. Assim, as intervenções da ONU mostraram ser vulneráveis aos conflitos armados, tornando-se gradativamente readequadas. Desta maneira, pensar a missão da ONU na atualidade é refletir sobre as mudanças nos seu escopo como uma tentativa de atingir o objetivo ao qual foi fundado: promover a paz mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Boutros Boutros-Ghali. “Empowering the United Nations”. *Foreign Affairs*, vol. 71, nº 5. (1992/93).

Johan Galtung. “Violence, Peace and Peace Research”. *Journal of Peace Research*. Vol.6(3) (1969): 167-191.

Ho-Won Jeong. *Understanding Conflict and Conflict Analysis*. London: Sage, 2008.

Nicholas Onuf. *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

Maria do Céu Pinto. “Conflictos armados y posconflicto” in Maria da Assunção Vale Pereira e María Teresa Ponte Iglesias (eds). *Conflictos armados, gestão pós-conflitual e Reconciliação*. Santiago de Compostela: Andavira, 2011.

José Manuel Pureza e Teresa Cravo. “Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, Junho: 5-19 (2005).

Chandra Lekha Sriram e Karin Wermester. “Preventive Action at the United Nations: From Promise to Practice?” in Chandra Lekha Sriram. *From promise to practice: strengthening UN capacities for prevention of violent conflict*. London: Lynne Rienner Publishers, 2003.

UN. (1945) “Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice”. <http://treaties.un.org/doc/Publication/CTC/uncharter.pdf>. (Acessado: 20 de Janeiro de 2012).

UN. (1992) “An Agenda for Peace: preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping”. www.unrol.org/files/A_47_277.pdf (Acessado em: 12 de Outubro de 2011).

UN. (2000) “Report of the Panel on United Nations Peace Operations”. http://www.un.org/peace/reports/peace_operations/ (Acessado em 12 de Outubro de 2011).

UN. (2008) “United Nations Peacekeeping Operations - Principles and Guidelines”. New York: Department of Peacekeeping Operations. http://pbpu.unlb.org/pbps/library/Capstone_Doctrine_ENG.pdf (Acessado em 14 de Maio de 2011).

UN. (2009) “A New Partnership Agenda: Charting A New Horizon for UN Peacekeeping”. New York: Department of Peacekeeping Operations and Department of Field Support. <http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/newhorizon.pdf> (Acessado em 14 de Maio de 2011).

UN. (2012) “United Nations Truce Supervision Organization”. <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/untso/index.shtml>. (Acessado em 20 de Maio de 2012).

UNEP. “From conflict to Peacebuilding: the role of natural resources and the environment”. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2009.

Peter Wallensteen. *Understanding Conflict Resolution*. 2.ed. London: SAGE, 2007.

Jennifer M. Welsh. *Humanitarian Intervention and International Relations* Oxford: Oxford University Press, 2004.

Alexander Wendt, “The agent-structure problem in international relations theory”. *International Organization* 41, n° 3 (1987).

Recebido em março de 2013
Aprovado em abril de 2013